

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008226-86.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **JOSÉ CARLOS SILVA e outro**
Requerido: **ANTONIO MARCOS FRANCISCO e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter recebido do primeiro réu um automóvel como forma de pagamento por um serviço que a ele realizou, mas o respectivo recibo de venda, necessário à sua transferência para o seu nome, não foi lhe entregue.

Alegou ainda que isso não sucedeu inobstante as



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

inúmeras vezes em que buscou resolver a questão.

Almeja à condenação dos réus a entregar-lhe aquele documento, sob pena da supressão da vontade dos réus.

A preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* suscitada em contestação pelo segundo réu merece prosperar.

Com efeito, é incontroverso que não houve sua participação nos fatos em apreço.

Isso por si o desabilita a figurar no polo passivo da relação processual, inexistindo base minimamente sólida para estabelecer a ideia de que tivesse então defendido algum interesse próprio que justificasse sua inclusão no feito.

A circunstância de ele ter estado anteriormente na posse do veículo não assume maior importância porque daí a reconhecer que ele participou da transação vai enorme distância.

Acolho, pois, a prejudicial, para julgar extinto o processo sem resolução de mérito em face de Erivelton Fabiano Casale.

No mérito, o réu Antônio Marcos Francisco reconheceu em contestação ter vendido o automóvel ao autor.

Todavia, justificou que recebeu o veículo como forma de pagamento de um crédito que possuía em face do corréu e que ficou aguardando a entrega do documento que também não aconteceu.

Assim posta a discussão, reputo que a pretensão deduzida merece acolhimento, com ressalvas.

Com efeito, é incontroversa a realização de negócio entre as partes por meio do qual o réu alienou ao autor um automóvel.

A divergência reside na entrega do documento hábil à transferência do bem para o autor.

Mesmo que se reconheça que essa obrigação é ônus do réu, já que admitiu que vendeu o automóvel ao autor, essa se tornará inexecutável já que o veículo sequer se encontra em seu nome o que também o impossibilitaria de qualquer ato perante os órgãos de trânsito, ressalvando-se que o veículo encontra-se em nome de terceira pessoa que não integra a relação processual.

O quadro delineado conduz à imposição de obrigação de fazer a cargo do réu, consistente em promover a entrega do aludido documento ao autor, e até como forma de resolver as pendências entre as partes reconhece-se, desde já, sua impossibilidade para tanto.

Isto posto, **julgo extinto** o processo sem julgamento de mérito relativamente ao réu **Erivelton Fabiano Casale**, com fundamento no art. 485, inc. VI, do Código de Processo Civil e **JULGO PROCEDENTE** a ação e condeno o réu a entregar aos autores o recibo de venda relativo ao veículo tratado nos autos, possibilitando sua transferência ao autor.

Todavia, dada sua impossibilidade em atender o cumprimento da obrigação, determino desde já, seja expedido alvará para a CIRETRAN

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

local a fim de que promova a transferência do automóvel tratado nos autos diretamente para ao autor (**Rodrigo José Soares de Souza Silva**), independentemente de qualquer outra providência, dando-se por suprida a vontade do réu para que isso sucedesse.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 07 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**